



Editorial

UNIDAD DE ANÁLISIS POLÍTICO Y SEGURIDAD CORPORATIVA

ANÁLISE DE SITUAÇÃO

GLOBAL

A nova guerra fria institucional

REGIONAL

A Copa do Mundo de 2026 e a reconfiguração da ordem global: futebol, petrodólares e geopolítica no continente americano

LOCAL

Panorama eleitoral em uma Colômbia ainda marcada pela violencia

A photograph showing Xi Jinping on the left and Donald Trump on the right, both in dark blue suits, shaking hands. They are standing in front of a grey stone wall. The image is partially obscured by a large white title.

A nova guerra fria institucional

Fonte: La Tercera, 2026

A cúpula entre Donald Trump e Xi Jinping, realizada em Pequim entre 13 e 15 de maio de 2026, condensa um paradoxo central do sistema internacional contemporâneo: à medida que as instituições multilaterais perdem capacidade efetiva para gerir os conflitos globais, sua linguagem — estabilidade, cooperação, marcos regulatórios — torna-se indispensável como gramática comum entre potências rivais. Nesse contexto, o encontro não representa um ponto de inflexão, mas sim uma distensão tática dentro de uma rivalidade estrutural, na qual a forma — a própria cúpula — adquire tanto valor quanto o conteúdo dos acordos, ou sua ausência. O desenvolvimento do encontro confirmou essa lógica. Durante dois dias, ambos os líderes encenaram uma relação funcional, mas as versões divergentes do que foi acordado revelaram profundas diferenças estratégicas. Enquanto Trump enfatizou supostos “acordos fantásticos”, Xi propôs uma noção de “estabilidade estratégica construtiva” que não foi adotada por Washington. Essa lacuna não é um erro diplomático, mas um mecanismo deliberado de gestão da relação: permite preservar canais de diálogo e reduzir fricções imediatas, sem gerar compromissos que limitem a autonomia estratégica de nenhuma das partes. Nesse sentido, a ambiguidade não é um vazio, mas um instrumento ([La Tercera, 2026](#); [El Financiero, 2026](#)).

“O conflito no Irã evidenciou tanto o potencial quanto os limites da coordenação bilateral.”

No campo da segurança internacional, o conflito no Irã evidenciou tanto o potencial quanto os limites da coordenação bilateral. Os compromissos sobre não proliferação e a eventual reabertura do Estreito de Ormuz sugerem uma convergência tática em torno da estabilidade energética global.

No entanto, essa convergência é atravessada por tensões estruturais: a dependência da China do petróleo iraniano restringe sua margem de pressão sobre Teerã, enquanto a dinâmica militar no Golfo ultrapassa qualquer entendimento bilateral. O resultado é uma cooperação limitada sob ambiguidade estratégica, que não altera substancialmente o risco de interrupções em um corredor estratégico.

No plano econômico, os anúncios refletem uma geoeconomia transacional orientada à gestão do risco mais do que à resolução do conflito. A criação de instâncias como o “conselho de comércio” e o “conselho de investimentos” busca institucionalizar a interdependência, mas a falta de confirmação chinesa sobre compromissos concretos — desde compras agrícolas até encomendas aeronáuticas — revela um baixo nível de confiança. A reação negativa dos mercados diante da ausência de clareza ressalta que a relação bilateral continua sendo uma fonte de volatilidade sistêmica. Na prática, o comércio segue funcionando como ferramenta de estabilização de curto prazo dentro de uma competição de longo alcance ([CNN, 2026](#)).

O núcleo da rivalidade permanece na tecnologia e na segurança econômica. A ausência de avanços em semicondutores, apesar da presença de atores-chave como a Nvidia, confirma a securitização das cadeias tecnológicas: tanto as restrições americanas quanto as demandas chinesas respondem a uma lógica na qual o controle de capacidades críticas se associa diretamente ao poder estratégico.

A isso soma-se a competição por minerais críticos, que redefine as cadeias de suprimento como ativos geopolíticos. Em paralelo, a questão de Taiwan mantém aberta a possibilidade de uma dissuasão instável, onde sinais ambíguos — como a instrumentalização de vendas de armas — aumentam o risco de erros de cálculo no Indo-Pacífico ([El Universal, 2026](#)).

Nesse cenário, os riscos para as cadeias de suprimento globais não apenas persistem, mas se aprofundam. A centralidade de Taiwan na produção de semicondutores transforma qualquer escalada em um choque potencial de alcance global; a fragmentação em torno de minerais críticos impulsiona processos de realocação e “friend-shoring” que elevam custos e reduzem a eficiência; e a incerteza regulatória derivada da rivalidade sino-americana aumenta os riscos operacionais e jurídicos para os atores corporativos. Em conjunto, a cúpula não redefine o sistema, mas confirma sua trajetória: uma interdependência conflitiva, gerida por mecanismos ad hoc, em que a estabilidade é sempre provisória e o risco estrutural permanece.



A Copa do Mundo de 2026 e a reconfiguração da ordem global: futebol, petrodólares e geopolítica no continente americano

A Copa do Mundo de 2026 representa, em termos estruturais, muito mais do que um torneio esportivo.

Com 48 seleções participantes, uma audiência projetada superior a 5 bilhões de pessoas e expectativas de receita próximas de 12 bilhões de dólares — valor sem precedentes na história do esporte global — ([Gulf News, 2026](#)), o evento constitui o maior megaprojeto contemporâneo de soft power impulsionado conjuntamente pelos Estados Unidos, Canadá e México. No entanto, o contexto geopolítico em que será realizado difere consideravelmente do cenário previsto quando a sede foi concedida.

A guerra no Oriente Médio, o bloqueio do Estreito de Ormuz e a alta sustentada do preço do petróleo — acima de 110 dólares por barril — introduzem pressões econômicas diretas sobre a organização e a mobilização do torneio. Os custos de transporte de materiais de construção, combustível para logística interna, segurança e deslocamento internacional de torcedores aumentam proporcionalmente ao preço da energia.



A evidência acadêmica disponível adverte, além disso, que mais de 80% dos megaeventos realizados entre 1964 e 2018 não conseguiram cobrir seus custos totais com as receitas geradas, enquanto os orçamentos iniciais tenderam sistematicamente a subestimar os gastos reais (Taylor & Francis, 2025). Em um cenário energético volátil, essa lacuna estrutural entre projeção financeira e custos efetivos tende a se ampliar, afetando principalmente os Estados anfitriões, que absorvem a maior parte da carga em infraestrutura e segurança, enquanto a FIFA concentra a maior proporção de receitas por meio de direitos de transmissão, patrocínios globais e capital financeiro vinculado, em grande medida, às economias energéticas do Golfo (Taylor & Francis, 2025).

A conjuntura torna-se especialmente sensível devido ao peso crescente dos petrodólares na economia política do futebol global. Os investimentos provenientes dos países do Golfo consolidaram uma influência estrutural sobre clubes, patrocinadores, emissoras de transmissão e circuitos de governança esportiva, transformando o futebol em um espaço cada vez mais integrado às dinâmicas de competição geopolítica multipolar (Gulf News, 2026). Nesse contexto, a Copa do Mundo de 2026 funciona simultaneamente como plataforma de reposicionamento hegemônico para os Estados Unidos e como cenário de tensões não resolvidas entre atores globais e regionais.

A relação incomumente estreita entre o presidente da FIFA, Gianni Infantino, e a administração de Donald Trump — evidenciada simbolicamente na entrega do chamado “Prêmio da Paz da FIFA” durante o sorteio realizado no final de 2025 (Gulf News, 2026; Human Rights Watch, 2026),



— gerou questionamentos sobre uma eventual instrumentalização política do torneio por parte do principal país anfitrião. Embora os apelos por boicote tenham sido marginais, eles refletem os limites crescentes do discurso de “neutralidade esportiva” em um ambiente no qual o futebol se cruza com sanções internacionais, conflitos armados e disputas por legitimidade global (Gulf News, 2026). Ainda assim, a lógica financeira continua operando como fator estabilizador: retirar-se do torneio segue sendo economicamente inviável para a maioria das federações nacionais (Gulf News, 2026).

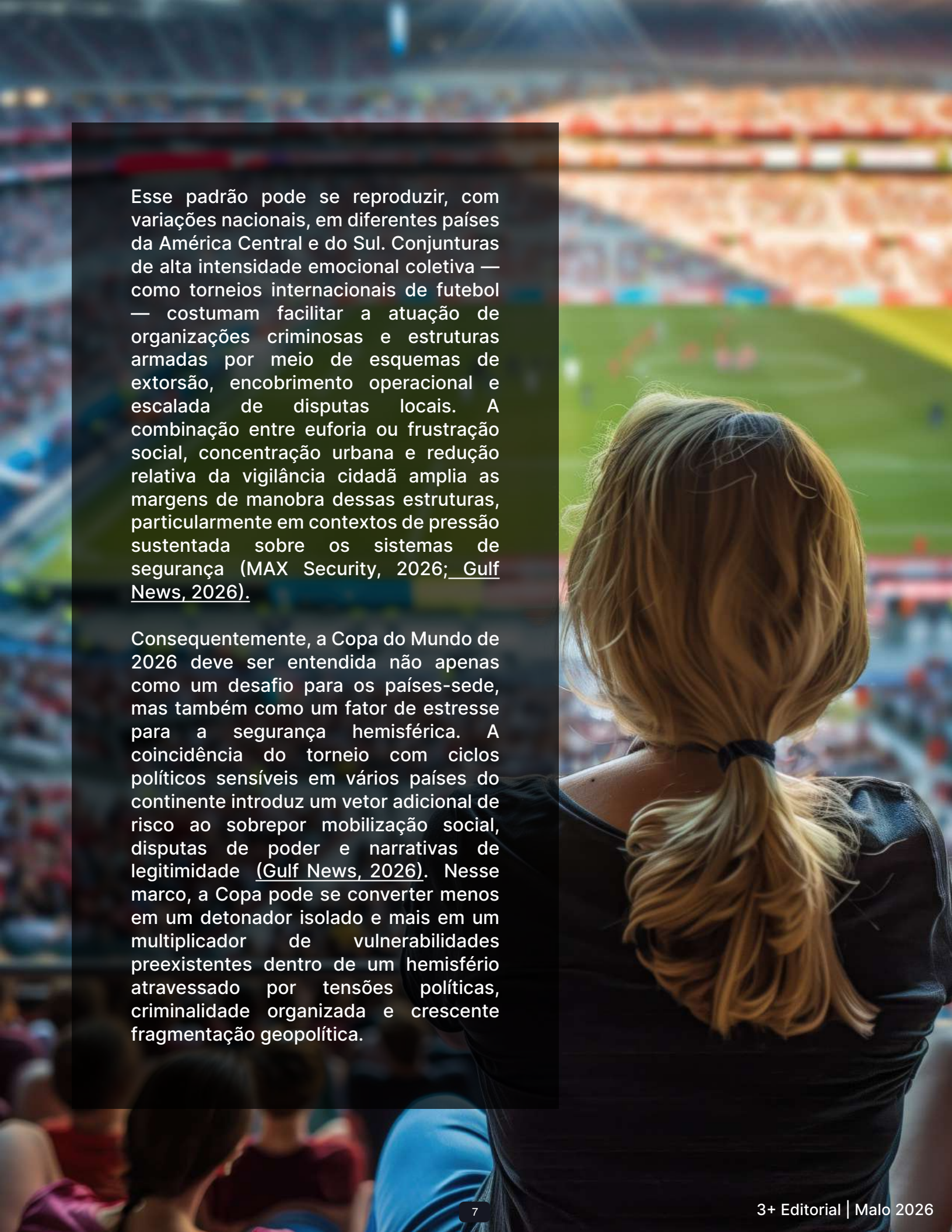
Esse entrelaçamento econômico e político projeta-se diretamente sobre a segurança regional. Para os Estados Unidos, a Copa do Mundo será tratada como uma questão de segurança nacional, com amplos esquemas de coordenação interagências, proteção de infraestrutura crítica e uma dimensão prioritária de cibersegurança, dada a elevada dependência digital das operações logísticas e de comunicação do torneio (Gulf News, 2026).



Somam-se a isso riscos associados a manifestações politicamente motivadas — vinculadas tanto ao conflito no Oriente Médio quanto às políticas migratórias de Washington (Human Rights Watch, 2026) — que poderiam se reproduzir, em diferentes escalas, em outros países do continente. Contudo, os principais riscos regionais não necessariamente provêm de ameaças diretas contra o evento, mas da capacidade de atores armados e organizações criminosas de aproveitar a mobilização social massiva associada à febre do futebol. A evidência comparada na América Latina mostra que megaeventos esportivos de alta visibilidade costumam funcionar como amplificadores de risco: aumentam fluxos financeiros informais, elevam a mobilidade regional e geram ambientes de relaxamento institucional e cidadão que são explorados sistematicamente por economias ilícitas (Taylor & Francis, 2025).

"Para os Estados Unidos, a Copa do Mundo será tratada como uma questão de segurança nacional"

No caso do México — país anfitrião e nó estratégico de redes criminosas transnacionais — o principal risco reside na expansão silenciosa de rendas ilegais vinculadas ao ambiente da Copa. Entre elas destacam-se a extorsão de setores relacionados ao turismo, transporte e comércio informal; a lavagem de dinheiro por meio de serviços e cadeias logísticas associadas ao torneio; e os rearranjos territoriais em corredores urbanos de alta circulação internacional (Human Rights Watch, 2026). Essas dinâmicas, de baixo perfil operacional, mas de alto impacto acumulativo, tendem a se intensificar em contextos de sobrecarga institucional e priorização da proteção do evento em detrimento do controle cotidiano do crime (LATAM News, 2026).



Esse padrão pode se reproduzir, com variações nacionais, em diferentes países da América Central e do Sul. Conjunturas de alta intensidade emocional coletiva — como torneios internacionais de futebol — costumam facilitar a atuação de organizações criminosas e estruturas armadas por meio de esquemas de extorsão, encobrimento operacional e escalada de disputas locais. A combinação entre euforia ou frustração social, concentração urbana e redução relativa da vigilância cidadã amplia as margens de manobra dessas estruturas, particularmente em contextos de pressão sustentada sobre os sistemas de segurança (MAX Security, 2026; Gulf News, 2026).

Conseqüentemente, a Copa do Mundo de 2026 deve ser entendida não apenas como um desafio para os países-sede, mas também como um fator de estresse para a segurança hemisférica. A coincidência do torneio com ciclos políticos sensíveis em vários países do continente introduz um vetor adicional de risco ao sobrepor mobilização social, disputas de poder e narrativas de legitimidade (Gulf News, 2026). Nesse marco, a Copa pode se converter menos em um detonador isolado e mais em um multiplicador de vulnerabilidades preexistentes dentro de um hemisfério atravessado por tensões políticas, criminalidade organizada e crescente fragmentação geopolítica.

Equipe de Análise

UNIDAD DE ANÁLISIS POLÍTICO Y SEGURIDAD CORPORATIVA



Andrea Mojica
Consultora Sênior



Camilo Jácome
Consultor Júnior

Panorama eleitoral em uma Colômbia ainda marcada pela violência

O processo eleitoral presidencial de 2026 na Colômbia se desenvolve em um ambiente de violência —política e armada— de caráter estrutural, cuja história recente mostra uma tendência clara de se intensificar durante os ciclos eleitorais. A atual disputa está inserida em um cenário particularmente complexo, marcado pela expansão territorial de grupos armados organizados, pela fragmentação de organizações criminosas e pelo enfraquecimento dos mecanismos de controle estatal em amplas áreas rurais e urbanas intermediárias. A esse panorama somam-se elementos como a intensificação de conflitos intercomunitários, onde disputas históricas

por terra entre comunidades indígenas —como os confrontos recentes entre os povos Nasa e Misak no Cauca— evidenciam a fragilidade dos mecanismos institucionais de resolução de conflitos territoriais. Esses choques refletem não apenas tensões ancestrais, mas também a ausência de arbitragem efetiva do Estado, agravando o clima de instabilidade em territórios estratégicos; mais ainda, dificultam a implementação de qualquer esquema de segurança eleitoral.

Os alertas emitidos pela Missão de Observação Eleitoral (MOE) e pela Defensoria do Povo confirmam a magnitude do risco: diante do primeiro turno de 31 de maio, a Defensoria identifica 224 municípios que demandam ação imediata ou urgente, enquanto mais de 600 apresentam diferentes níveis de vulnerabilidade eleitoral.

LOCAL

Esse panorama, que supera amplamente os mapas oficiais do Governo, evidencia que uma proporção significativa do território nacional enfrentará as eleições sob condições de pressão armada, coerção ao eleitor e restrições ao pleno exercício dos direitos políticos ([El Colombiano, 2025](#); [Zona Cero, 2025](#)). Ainda assim, a profundidade dessa crise não se mede apenas pelos municípios em risco, mas também pelas decisões que o próprio Estado adota em relação aos grupos que a geram. A menos de três semanas do primeiro turno, o Governo nacional solicitou a suspensão temporária dos mandados de prisão —incluindo os de extradição— contra 29 integrantes do autodenominado Exército Gaitanista da Colômbia (EGC), conhecido como Clan del Golfo, entre eles seu principal líder, alias Chiquito Malo, no âmbito da política de Paz Total.

Em 12 de maio, a Procuradoria respondeu que manterá esses mandados em vigor enquanto não for verificado o cumprimento efetivo das condições pactuadas. O choque entre o Executivo e o órgão acusador projeta sobre o cenário eleitoral um sinal politicamente custoso: o de um Estado negociando com o principal ator da violência territorial no momento em que deveria estar garantindo condições mínimas para o exercício democrático. Analistas jurídicos advertiram que a suspensão de mandados de prisão sem contrapartida verificável gera impunidade de facto, fatores que em zonas de alta presença do EGC podem se traduzir diretamente em intimidação de candidatos, autoridades locais e eleitores.

Esse diagnóstico não é abstrato. Os ataques de alto impacto no sudoeste do país —como a ofensiva com explosivos perpetrada em abril de 2026 contra civis na Rodovia Panamericana, no Cauca— ilustram como a violência se ativa estrategicamente em momentos politicamente sensíveis. Soma-se a isso que, entre o primeiro e o segundo turno, será comemorado o primeiro aniversário do ataque ao senador e pré-candidato presidencial Miguel Uribe Turbay, assassinado em 7 de junho de 2025 enquanto fazia um discurso em Bogotá. Seu caso condensa com particular densidade histórica o peso da violência política colombiana: filho de uma jornalista assassinada pelo Cartel de Medellín em 1991, neto de um ex-presidente e integrante de uma geração de políticos marcada pelo assassinato de seus pais.

A data se torna, assim, um lembrete inevitável de que a violência política não é apenas história: é presente e é risco. A recorrência desses fatos, somada a ataques contra infraestrutura, sequestros e ameaças a lideranças políticas, reforça um ambiente de medo que impacta diretamente a logística eleitoral, a participação cidadã e a percepção de segurança democrática ([Fundación Ideas para la Paz, 2026](#)). Nesse contexto, a violência aprofunda um fenômeno estrutural já crítico: o abstencionismo, que na Colômbia supera historicamente 50% do eleitorado.



Fonte: Vanguardia 2026

O medo, a coerção armada e a desconfiança institucional atuam como fatores adicionais de desmobilização eleitoral, especialmente em territórios com presença ativa de grupos armados, correndo de facto a representatividade do resultado e ampliando a distância entre democracia formal e participação efetiva (Diario de Occidente, 2026).

Por sua vez, o ambiente de insegurança estrutural se cruza com as tensões econômicas do país: a autonomia técnica do Banco de la República entrou em disputa aberta com o Executivo, e a decisão da Diretoria de manter inalterada a taxa de juros, apesar de pressões políticas explícitas, evidencia que a incerteza institucional também se tornou um fator de risco macroeconômico.

A persistência da violência e o clima pré-eleitoral estreitam a margem fiscal e operacional do Governo, ao mesmo tempo em que deterioram os sinais para os agentes econômicos. Assim, a segurança se consolida como um insumo crítico para as expectativas econômicas, o investimento privado e a credibilidade institucional (La Silla Vacía, 2026).

A convergência entre eleições e violência armada configura riscos sistêmicos para a participação, a legitimidade e a governabilidade que não se esgotam com o encerramento das urnas. O próximo governo assumirá em agosto de 2026 em um cenário marcado por fragmentação armada, economias ilícitas consolidadas e expectativas sociais não atendidas em matéria de segurança.

Mais que a orientação ideológica do Executivo, será determinante sua capacidade de recuperar o controle territorial, restabelecer garantias políticas reais e reconstruir a legitimidade institucional. Caso contrário, corre-se o risco de continuar normalizando um modelo em que as eleições são realizadas formalmente, mas sob a sombra persistente da coerção armada, enfraquecendo cada vez mais o exercício democrático.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, A. (2026). Qué acordaron Donald Trump y Xi Jinping tras su reunión en Pekín. La Tercera.
<https://www.latercera.com/tendencias/noticia/que-acordaron-donald-trump-y-xi-jinping-tras-su-reunion-en-pekín/>

CNN. (2026). Trump y los principales CEO dejan a una China más autosuficiente con pocos acuerdos que mostrar.
<https://cnnespanol.cnn.com/2026/05/15/mundo/trump-china-pocos-acuerdos-analisis-trax>

Ceballos, A. (2026, 5 marzo). Abstencionismo electoral Colombia 2026: El que siempre gana. Diario Occidente.
<https://occidente.co/opinion/editorial/abstencionismo-electoral-colombia-2026-impacto-democracia/>

El Colombiano. (2025, 7 octubre). Choque de cifras sobre riesgo electoral: el Gobierno ve 104 municipios en alerta, la Defensoría más del doble | El Colombiano. El Colombiano.
<https://www.elcolombiano.com/colombia/elecciones-defensoria-riesgo-electoral-224-en-riesgo-PK29766382>

El Financiero. (2026). Donald Trump anuncia acuerdos “fantásticos” con Xi Jinping mientras Pekín mantiene un cauteloso silencio. El Financiero.
<https://www.elfinancierocr.com/internacionales/donald-trump-anuncia-acuerdos-fantasticos-con-xi/MEOZRBP3PJFJ7KDCPXT6W5l6FQ/storv/>

El Universal. (2026). Xi Jinping y Donald Trump concluyen primera reunión en Pekín con Taiwán. www.eluniversal.com.co.
<https://www.eluniversal.com.co/mundo/2026/05/14/xi-jinping-y-donald-trump-concluyen-primera-reunion-en-pekín-con-taiwan/>

FIP. (2026). Cauca y Valle suman más de 600 ataques de grupos ilegales desde 2022: seis claves para entender lo que ocurre. Fundación Ideas Para la Paz.
<https://ideaspaz.org/publicaciones/investigaciones-analisis/2026-04/cauca-y-valle-suman-mas-de-600-ataques-de-grupos-ilegales-desde-2022-seis-claves-para-entender-lo-que-ocurre>

Human Rights Watch. (2026, 27 abril). Copa Mundial 2026: un torneo en un clima de miedo. Human Rights Watch.
<https://www.hrw.org/es/news/2026/04/27/copa-mundial-2026-un-torneo-en-un-clima-de-miedo>

Kristian P. Alexander. (2026, 18 marzo). When football meets geopolitics: The challenges facing World Cup 2026. Gulf News: Latest UAE News, Dubai News, Business, Travel News, Dubai Gold Rate, Prayer Time, Cinema.
<https://gulfnews.com/opinion/op-eds/when-football-meets-geopolitics-the-challenges-facing-world-cup-2026-1.500478731>

Lang, M., Gogishvili, D., & Müller, M. (2025). What Makes Mega-Events Profitable? Determinants of Revenues and Costs of the Olympic Games and the Football World Cup. Journal Of Global Sport Management, 1-25. <https://doi.org/10.1080/24704067.2025.2538007>

LATAM News. (2026, 3 febrero). Extortion, human trafficking and organized crime: the security challenges at the World Cup venues in Mexico. Latin America News.
<https://latin-american.news/extortion-human-trafficking-and-organized-crime-the-security-challenges-at-the-world-cup-venues-in-mexico/>

Manrique, P. (2026, 7 mayo). Así fue la junta en la que el Banco de la República cedió a la presión política de Petro. La Silla Vacía.
<https://www.lasillavacia.com/silla-nacional/asi-fue-la-junta-en-la-que-el-banco-de-la-republica-cedio-a-la-presion-politica-de-petro/>

MAX Security. (2026, 30 abril). Mexico City FIFA 2026: Central Borough crime risks.
<https://www.max-security.com/resources/intel-reports/mexico-city-fifa-a-2026-security-central-boroughs/>

The Economist. (2026, 16 mayo). ¿Qué lograron realmente Donald Trump y Xi Jinping en China? Infobae.
<https://www.infobae.com/economist/2026/05/16/que-lograron-realmente-trump-y-xi/>

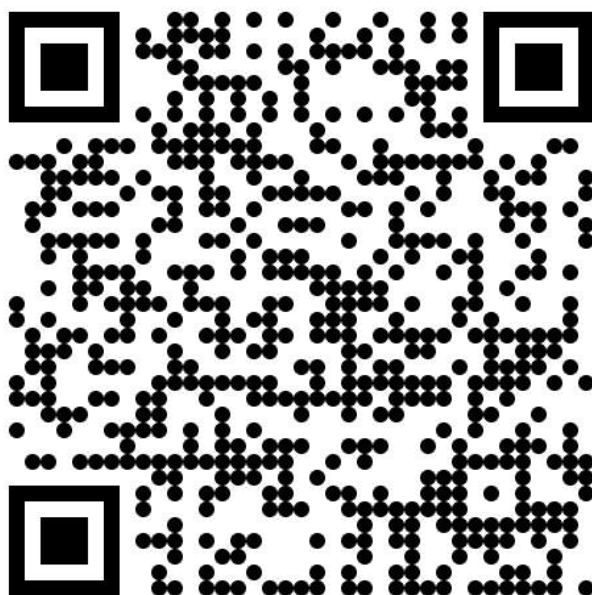
Zona Cero. (2025, 7 octubre). Defensoría del Pueblo alertó sobre riesgo electoral en más de 600 municipios. ZONA CERO.
<https://zonacero.com/politica/defensoria-del-pueblo-alerto-sobre-riesgo-electoral-en-mas-de-600-municipios>

The New York Times en Español. (2026, mayo 15). Trump y Xi anuncian acuerdos tras reunión entre Estados Unidos y China. The New York Times en Español.
<https://www.nytimes.com/es/2026/05/15/espanol/estados-unidos/trump-china-xi-acuerdos.html>

Observação: a pesquisa e a análise contidas neste relatório são exclusivas da 3+ Security Colombia. Portanto, recomenda-se não divulgar o documento em questão. A 3+Security Colombia Ltda., reserva-se o direito à interpretação que possa surgir por parte do leitor no exercício de revisão e visualização da informação apresentada.



**SECURITY
COLOMBIA**



**ESCANEE E ACESSE OS
EDITORIAIS COMPLETOS.**

Se deseja conhecer mais sobre nossos editoriais,
análises geopolíticas e relatórios de risco, escaneie o
código QR.

A segurança de que o mundo precisa